IMPRENSA E MEMÓRIA: uma campanha de adoção de crianças cariocas pelo Jornal do Brasil nos anos de 1959-1960

Tânia Mara Pedroso Muller[1]

Resumo

Este texto tem o objetivo interrogar as fotografias e reportagens divulgadas pelo *Jornal do Brasil*, nos anos de 1959-1960, como parte de uma Campanha de incentivo a adoção de crianças órfãos do Rio de Janeiro. Buscamos realizar uma leitura das imagens relacionando texto, título e legenda, visando recuperar o contexto de construção das narrativas do cotidiano que nortearam as notícias e fotografias privilegiadas.

Palavras-chaves: Memória. Imprensa. Fotografia. Crianças. Adoção.

PRESS AND MEMORY: a compaign of adapion of childrem by the Jornal de Brasil Rio in the years of 1959-1960

Abstract

The text's objective is to interrogate photographs and reports which had divulged for the news paper Jornal do Brasil, during the period of 1959-1960, as part of a Campaign of incentive the adoption of children orphans who was born in Rio de Janeiro. We had done a reading of the images and have related text to heading and to subtitles. Therefore we have salvaged the context of construction of the narratives of those daily privileged news and photographs.

Keywords: Memory. The Press. Photograph. Children. Adoption.

Introdução

Em uma reportagem publicada no *O Globo*, de 16 de janeiro de 2007, intitulada "*Multiplicam-se os grupos de adoção no Brasil*", relata-se a existência de um movimento de adoção de crianças moradoras de Abrigos públicos do município do Rio de Janeiro. Tal iniciativa, no entanto, não é nova. No ano de 1959, uma campanha comandada pelo *Jornal do Brasil,* em parceria com a Arquidiocese do Rio de Janeiro, e com apoio de diferentes atores, mobilizou durante 100 dias a população carioca no incentivo à adoção de crianças residentes nos orfanatos da cidade.

A campanha teve grande repercussão e as reportagens que a acompanhavam, denunciavam a indústria do orfanato existente no município, a inoperância do Estado em sua administração e sua incompetência na elaboração e acompanhamento de diretrizes de atendimento à crianças e adolescentes internados em instituições governamentais e filantrópicas subvencionadas ou conveniadas com o governo.

Essas reportagens levaram ao fechamento de diversas instituições, estimularam a adoção de 70 crianças num período de três meses, e concederam a jornalista responsável, Silvia Donato, o prêmio *Esso* de reportagem no ano de 1961.

Recebido em: Abril de 2008.
Aceito em: Agosto de 2008.

[1] Doutora em Educação pela UERJ; Professora da Universidade Federal Fluminense – UFF. E-mail: taniammuller@yahoo.com.br

Nossa intenção nesse trabalho é levantar os argumentos, procedimentos e estratégias utilizados para incentivar a adoção, e que na avaliação do jornal foi um grande sucesso, superando "[...] os objetivos de uma promoção jornalística para se transformar num dever de seus leitores e num serviço público [...]" (JORNAL DO BRASIL, 1959).[2]

Os Defensores da Campanha

A campanha teve início em 29 de novembro de 1959 e terminou em 20 de março de 1960. Num total de 100 dias foram publicadas 62 matérias, realizadas pelas jornalistas Silvia Donato e Ana Arruda, com fotografias de Alberto Ferreira e Sebastião Pinheiro, repórteres e fotógrafos várias vezes premiados durante suas trajetórias profissionais.

Lançada com o título "*Adote uma criança neste Natal*", a campanha ultrapassou o período estabelecido, visto o alto índice de inscrição de candidatos à adoção. Passou a ser intitulada como "Adote uma criança em 1960", e depois só "Adote uma criança". Essa campanha, de acordo com o jornal, era uma "tentativa de solucionar o problema dos filhos de ninguém" e tinha como objetivo "esvaziar os orfanatos da cidade" (JORNAL DO BRASIL, 1959, p. 7), e de "ajudar a esvaziar o SAM que está superpopulado" (JORNAL DO BRASIL, 1959, p. 7).

O *Jornal do Brasil* informou que existiam 10 mil crianças morando em orfanatos do SAM - Serviço de Assistência ao Menor - e na LBA - Legião Brasileira de Assistência - que jamais conheceram o Natal. Assim, apresentava sua primeira argumentação. Justificou a campanha afirmando que era sua intenção que "o adotado tenha um lar, onde possa receber os benefícios materias que necessita", como também ajudar o leitor "a fazer um bem que justificaria uma vida" (JORNAL DO BRASIL, 1959, p. 12).

A partir daí, diferentes atores passaram a ser consultados, cujos pronunciamentos foram publicados pelo jornal. O Curador de Menores elogiou a ação do *Jornal do Brasil*, entendendo que essa levaria a "diminuir o números de desgraçados" moradores do SAM, além de permitir que "não mais nos depararmos com o quadro desolador de crianças famintas e esfarrapadas" (JORNAL DO BRASIL, 1959, p. 1). O Vereador Frederico Trota afirmou ser uma "campanha altamente expressiva de solidariedade humana [...] de espírito cívico e de defesa dos interesses nacionais", acrescentando que "dar um lar a um órfão é fazê-lo cidadão" (JORNAL DO BRASIL, 19.12.59, p. 7).

O Diretor da Divisão de Educação Fundamental do Ministério da Educação, Salvador Julianelli disse que "dar um lar a um órfão e conceder-lhe a oportunidade de ser um escolar fornecendo-lhe as bases cívicas e educativas para transformá-lo num cidadão útil a coletividade" (JORNAL DO BRASIL, 1959, p. 7) era um dever da sociedade, e, portanto implicava na participação de todos.

O Ministro da Justiça, Armando Falcão, responsável pelos internatos do SAM, só se manifestou em 19 de dezembro de 1959, afirmando que a iniciativa era "um incentivo à boa vontade e um estímulo a fraternidade humana que em tudo condiz com o espírito de Natal", e até mesmo, que ela estava sendo encarada com muito realismo, visto ser "um problema deveras humano nos dias atuais: a infância desamparada" (JORNAL DO BRASIL, 1959, p. 7).

[2] Este trabalho é parte da pesquisa realizada para obtenção do título de doutoramento e integra a tese da autora (ver referência na bibliografia apresentada).

D. Jaime Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, declarou que “o Jornal do Brasil empreendeu uma campanha heróica: a adoção era no Brasil, até agora, algo desconhecido”. Avaliou que o seu grande mérito “[...] foi mostrar que adotar não é uma coisa impossível, mas uma solução autêntica” (JORNAL DO BRASIL, 1959, p.7).

O Serviço de Assistência ao Menor – SAM

Desde o início de seu governo, Getúlio Vargas buscou articular uma relação entre o público e o privado. A ampliação dessa articulação se traduziria, segundo Faleiros (1995), na inclusão, nessa parceria, do grupo religioso, do qual a Igreja Católica fazia parte. Essa tentativa de aproximação se consolidou na introdução do ensino religioso facultativo na escola pública – contrariando os princípios do movimento da escola nova, que defendia o ensino laico – e na administração de instituições de internação pela Igreja.

Para Faleiros, a criação do SAM teria como principal motivação a “ordem social” e não a assistência social. O SAM surgiu em 1941 pelo decreto 3.799, encampando o Instituto Sete de Setembro, que era composto, naquela época pelas Escolas Quinze de Novembro, João Luiz Alves na Cidade do Rio de Janeiro e os Patronatos Agrícolas Arthur Bernardes e Wenceslau Brás no Estado de Minas Gerais. Em 1944, o SAM passou a atuar em âmbito nacional para prestar assistência social, sob todos os aspectos, aos menores desvalidos e infratores das leis penais, ficando então subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e não mais ao Juizado de Menores, funcionando até 1964 quando foi substituído pela FUNABEM, Fundação Nacional de Bem Estar do Menor.

Essa instituição tinha como finalidade a educação moral, cívica, física e profissional de menores desvalidos e era destinada exclusivamente às classes pobres.

Ao longo de sua existência algumas escolas, que compunham o SAM, receberam muitos elogios, como é o caso da Escola Feminina de Artes e Ofícios dirigida pelas Irmãs Carmelitas, como outras severas críticas, pela baixa qualificação e quantitativo profissional, pela superlotação, pelos maus-tratos impingidos a crianças e adolescentes e pela pouca efetividade de suas ações, demonstrando dificuldades no cumprimento de suas atribuições. Essa dupla face do SAM expressa as contradições e conflitos institucionais, mas também sociais, pois revela a existência de dois tipos de crianças: as protegidas pelas elites e políticos e as abandonadas pela sociedade. Nem tudo, no entanto era como parecia.

Alguns esforços foram despendidos na tentativa de modificação do SAM, de acordo com os estudos realizados por Rizzini (1995) e com as matérias do JB, que serão aqui apresentadas: a criação de serviços de adoção e colocação familiar, a colaboração de particulares na administração das escolas, a firmação de convênios com entidades filantrópicas para atendimento às crianças, a formação de comissões de sindicância para apuração das denúncias e reformas dos estabelecimentos e mesmo sua extinção. Porém,

> [...] a política da infância, denominada *política do menor*, articulando repressão, assistência e defesa da raça, se torna uma questão nacional, e, nos moldes em que foi estruturada, vai ter uma longa duração e uma profunda influência nas trajetórias das crianças e adolescentes pobres desse país. (FALEIROS, 1995, p. 70).

Essa questão nacional, ou a “política do menor”, permitiu o estabelecimento de parceria entre Estado, instituições filantrópicas e particulares e Igreja (FALEIROS, 1995; RIZZINI, 1995; LEITE, 1998), mas contou também com a participação da imprensa no processo de vigilância, denúncia e/ou apoio às instituições, determinando os rumos e

destinos das crianças na ocasião em que atuou como órgão executor de ação social. Exemplo disso foi o caso, que analisarei neste trabalho, a Campanha de Adoção promovida pelo *Jornal do Brasil*, que mobilizou toda a sociedade e contou com apoio de todos estes poderes, na tentativa de equacionar o problema da criança abandonada e da superlotação das instituições assistenciais de internação.

A análise dessa relação permite situar a imprensa como o "quarto poder", que, de acordo com Umberto Eco (2002, p. 55), teria como função "controlar e criticar os outros três poderes tradicionais (junto com o poder econômico e aquele representado pelos partidos e sindicatos)". Embora compreenda que "os meios de comunicação de massa só podem influenciar a vida política do país criando opiniões", o que aparentemente reduziria seu poder, Eco lembra que "os poderes tradicionais só podem controlar e criticar a mídia através da própria mídia", fazendo jus ao conceito supracitado.

Dessa forma, ao invés da imprensa estar vigiando e controlando as ações do Estado e o que ocorria no país, passou a coordenar as diretrizes de trabalho de assistência à criança. Isto significa que o *Jornal do Brasil* ao vislumbrar e se deslumbrar com a sua própria ação, deixou de ser, como disse Eco (2002, p. 55), a "janela para o mundo, e passou a ser espelho".

Argumentos Paternos

Mas nem só de discurso de autoridades se baseou o jornal. Durante o movimento, relatava casos de pais que compareciam ao jornal para entregarem seus filhos para aqueles que "possam dar tudo aquilo que nós não lhes pudemos dar". Ou mesmo denunciando o caso de uma mulher solteira, grávida, que queria doar suas duas crianças, uma de seis meses e outra de dois anos, pois não tinha o que comer, confessando que desde a véspera haviam se alimentado apenas de seu leite.

Outro caso narrado foi o da empregada doméstica, mãe de uma criança de quatro meses, que não encontrava emprego, pois "ninguém quer empregada com encosto". Ou da Gabriela, mãe de Lucinda, de 19 anos, precisando trabalhar, mas que não conseguia, pois não se empregava mulheres com filhos pequenos, e por isso queria dar sua filha para adoção, apesar de "gostar da menina, mas prefere sabê-la bem cuidada que continuar com ela na situação atual" disse ao jornal. "O que quero é o bem dela. Resolvam o que for melhor, eu farei todo o necessário" (JORNAL DO BRASIL, 1959, p. 7).

Outros depoimentos foram publicados tais como: "[...] prefiro que o menino seja feliz a que viva de esmola de casa em casa, como é o caso de seus oito irmãos [...]" (JORNAL DO BRASIL, 1959, p.8), ou da mulher desempregada, que por estar morando na rua deu seus três filhos para adoção: - "[...] não podia sustentá-los, desejo que estudem em lares mais felizes que o seu [...]", afirmou (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 7).

Uma mãe compareceu ao Jornal do Brasil para entregar seu filho de um mês, pois não tinha como criá-lo. O Jornal deu a passagem para ela retornar para a casa de seus pais em Muriaé, e informou que a criança foi imediatamente adotada por um casal, morador na Tijuca. A mãe declarou que "era só isso que desejava a oportunidade de organizar sua vida em outras bases e a perspectiva de ter sua própria família no futuro".

Na análise do jornal esses casos ilustravam uma situação bem comum à época: "[...] a grande maioria das crianças abandonadas surgem quando mães sozinhas têm que trabalhar para viver, e não podem fazê-lo se ficarem com os filhos" (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 7). Tal visão comungava com a avaliação do desembargador Bulhões da Carvalho, que dizia que "[...] a prática de se fazer internação de menores em grandes orfanatos somente se justifica na absoluta incompatibilidade de obter manutenção do

menor, em seu lar natural, devidamente assistido ou em outro lar [...]" (JORNAL DO BRASIL, 1959, p. 7).

A campanha teve espaço também para que famílias expressassem suas condições de vida, encontrando alternativas solidárias, como foi o caso de um casal, com doze filhos, (de um a 11 anos) moradores do bairro do Catete, que estavam com uma ordem de despejo, mas não tinham para onde ir. No dia 17 de janeiro de 1960 compareceu ao JB para entregar seus filhos para adoção. Dois dias depois o jornal anunciou que o senhor Josias de Figueiredo cedeu um imóvel que tinha em Campo Grande para eles residirem. Relatou também que a Nestlé tinha enviado "12 latas de leite condensado, 12 latas de leite em pó, e 12 latas de farinha látea" para a família e que vários leitores doaram roupas, móveis, gêneros alimentícios e dinheiro.

A partir deste fato o jornal modificou sua postura do jornal em relação às famílias ou mães que lá compareciam para entregarem seus filhos para adoção, não mais aceitando, mas mobilizando a população para empregar ou ampará-los, evitando desta forma sua separação.

Com isso, a Campanha teve algumas repercussões: o Presidente do México, Lopez Mateo, em vista ao Brasil, compareceu ao Jornal do Brasil para conhecer de perto o movimento com a intenção de lançá-la em seu país (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 7).

Anteriormente, no dia 15 de dezembro, a TV Continental apresentou a campanha num programa, com a presença das crianças da Casa-lar do SAM, candidatas a adoção, sendo noticiado no JB, acompanhado de suas as fotografias tiradas durante a apresentação. Dois outros programas da TV Tupi também apoiaram a campanha: o *Semanário Elegante* e o *Petiti Show*. O *Semanário Elegante,* de Irma Fioravani, discutiu a problemática da criança abandonada, mostrando fotos das crianças que estavam a espera da adoção. O programa *Petit Show* historiou sobre os 15 dias da campanha, e entrevistou a Condessa Pereira Carneiro, proprietária do *Jornal do Brasil,* juntamente com o Ministro da Saúde Mário Pinotti. Aliás, os dois foram padrinhos da primeira criança adotada, sendo batizada por D. Jaime Câmara.

O ritual de batismo marca a entrada da criança na comunidade cristã. A opção pela exposição da foto do evento na primeira página reforça a idéia da primazia da Igreja Católica na vida social carioca, e reflete o peso que o fato tinha para o Jornal do Brasil. Além disso, a importância e a titularidade dos padrinhos, em conformidade com a idéia existente na época de que tanto o padrinho quanto a madrinha têm a função oficial de assegurar a educação do afilhado, no caso da perda dos pais, confere seriedade e o compromisso da campanha.

A participação da TV na divulgação e discussão do projeto, embora ainda não fosse acessível a grande parte da população, ajudou a dar visibilidade ao tema e a revelar a existência de crianças abandonadas em internatos.

Procedimentos da Campanha

Após o primeiro dia da Campanha já tinham se inscrito no jornal, se candidatando para adoção, 96 pessoas, o que fez com solicitassem a ajuda de assistentes sociais voluntários para a seleção. A Faculdade de Serviço Social do Rio de Janeiro, através de sua diretora, Therezinha Moraes Porto da Silveira, mobilizou seus alunos para ajudarem no estabelecimento de critérios para a seleção dos casais e os tramites para a adoção.

Os procedimentos estabelecidos para adoção foram: comparecer ao JB para preenchimento de ficha de inscrição, quando recebia um número. A partir daí acompanhava

pelo jornal a chamada. Enquanto isso, os assistentes sociais realizavam visitas e entrevistas nas casas dos inscritos para avaliar suas condições de vida. Formalizado o parecer, o processo era encaminhado ao Juiz de Menores, que após análise, autorizava a adoção.

Os critérios para adoção estavam definidos no Código de Menores: apresentação de registro de casamento; estar casado a mais de cinco anos; terem idade acima de 30 anos; haver uma diferença de idade entre adotante e adotado de mais de 16 anos; ter situação financeira razoável; ter moradia condigna; e ter boa situação moral e de saúde. Mas a adoção não se dava de imediato: a família assinava um de termo de responsabilidade pela criança, que ficava durante um ano sob a sua guarda, quando poderia optar ou não pela adoção. Pessoas desquitadas não podem adotar.

Em 12.12.59 o jornal publica a notícia da exoneração do diretor do SAM Raul Matos, assumindo o comando o diretor da Escola 15 de Novembro, Valter de Toledo Pizza.

O jornal pediu ao Ministro Mario Pinotti que arrumasse um local com assistência médica onde as crianças adotáveis ficariam em trânsito, por setenta e duas horas, para que os casais pudessem escolhê-las, sem ter que ir aos Abrigos do SAM.

A Campanha contou com o apoio de 110 alunos de serviço social, que realizaram entrevistas e visitas aos candidatos. Ao final, a assistente social responsável, professora Maria de Lourdes da Cunha Lima, da Faculdade de Serviço Social do Rio de Janeiro, produziu um relatório, descrevendo todo o processo, anexando as fotografias publicadas no Jornal do Brasil, que foi enviado ao Ministro da Saúde Mario Pinotti.

O relatório informava que alguns candidatos foram rejeitados para adoção por não atenderem as exigências do Código de Menores ou por não estarem em boas condições financeiras. Além desses, 200 foram rejeitados por apresentavam “desajustes conjugais”, extrema devoção religiosa; ou por querem adotar por motivos inadequados, tais como: “superstições; obtenção da graça divina; pagamento de promessas ou por caridade”.

A Fundação Internacional de Assistência Social e a Inter American Presss Association enviaram ofícios ao jornal, solicitando cópias do relatório, com a intenção de que ele servisse de “orientação a trabalho análogo que pretendemos lançar em todo o mundo” (JORNAL DO BRASIL, 1980, p. 1). Jaime B. Camel, presidente da Interamericana Press Association, aproveitou para informar que a campanha teve grande repercussão em Nova York, fazendo um enorme sucesso (JORNAL DO BRASIL, 1980, p. 7).

Cabe destacar que houve até mesmo a liberação de passagens de trem para os pais que quisessem comparecer ao jornal apresentando seus filhos à adoção. Este fato causa curiosidade; se era possível liberar as passagens para um projeto como esse por que não se liberava a passagem para o pai desempregado procurar emprego? Podemos pensar que talvez o que estava em jogo não era o benefício à população de baixa renda, mas o esvaziamento das instituições e, com isso, menos gasto para o Estado, além do atendimento ao desejo dos casais abastados em adotarem uma criança e assim constituírem uma família.

A Criança em Foco

A principal estratégia estabelecida pelo Jornal do Brasil para mobilização dos possíveis candidatos foi a utilização de grandes fotografias de crianças acompanhando todas as matérias publicadas. Das 65 fotos publicadas, em 35 as crianças olhavam diretamente para o leitor, sérias ou chorando, comendo, dormindo, mas em nenhuma foto as crianças aparecem sorrindo.

Durante a pesquisa recuperamos três fotos que fizeram parte desse grupo de reportagens. A primeira foto (n. 1) trazia o título: “Um longo corredor”, e a seguinte legenda: “Carlinhos vale por um símbolo: sem pai nem mãe a vida será sempre um longo corredor vazio, onde ele estará sozinho. No fundo do corredor, porém, há uma porta aberta: você poderá entrar por ela e adotar o menino que já não estará só” (JORNAL DO BRASIL, 1959, p. 7).

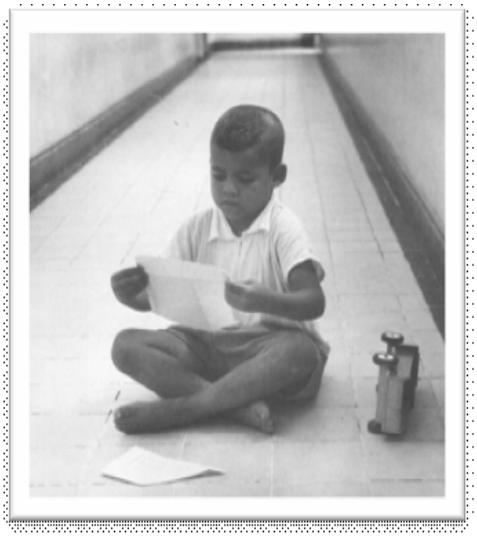

Foto n. 1 - Alberto Ferreira, Jornal do Brasil, 1959

Ela retrata uma criança solitária brincando com uma pipa de papel, ao seu lado um carrinho tombado e abandonado, num longo corredor vazio, com uma porta aberta ao fundo, tudo cercado pelo branco. Impressiona a tranqüilidade do menino que mesmo tendo sido colocado naquele cenário, participa da encenação. Mesmo sabendo que estava sendo fotografado, tem-se a impressão de naturalidade, como num instantâneo, que valoriza a informalidade e o uso de luz natural.

A foto n. 2 porta o título: “Ganharão brinquedos: ganharão um lar?” **e a** legenda: **“**Estes meninos da Casa-Lar do SAM estarão hoje na TV CONTINENTAL: todas ganharão brinquedos. Quantos ganharão um lar?” (Reportagem de Sílvia Donato, 3ª feira, p. 07, 1º Caderno).

Foto n 2 - Sebastião Pinheiro, Jornal do Brasil, 1959.

E segue a mesma lógica da anterior. Crianças de 2-3 anos, sentadas agrupadas no chão de um longo e vazio corredor, cabelos cortados à moda “príncipe Danilo”, famoso jogador do time carioca Vasco da Gama, uniformes listrados lembrando prisioneiros, com expressões de inocência, olhando apelativa e diretamente para o leitor. A imagem, juntamente com a legenda que traz a pergunta: “quantos ganharão um lar?”, sensibiliza e comove.

A terceira foto n. 3 traz *o* título: *Por um nome,* e a legenda*: "O 48 espera que alguém queira trocar seu número por um nome inteiro. Ele tem 4 anos".* (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 7).

Foto n. 3 - Alberto Ferreira, Jornal do Brasil, 1959.

Apresenta um menino sorridente, segurando nas grades do berço, cercado por muitos outros berços vazios, onde o branco prevalece. O branco reflete limpeza, clareza, bondade, o que desperta a afetividade, impulsiona a acolhida da criança, estimula a proteção, mexe com a emoção, logo, a adoção. As grades dão uma idéia de aprisionamento. O vazio ao redor reflete sua solidão. Nossa interpretação da imagem poderia ser da criança inocente e boa que se encontra presa e solitária num orfanato aguardando quem queira adotá-la.

Com base nos estudos de Nelson Werneck Sodré podemos dizer que as campanhas eram práticas tradicionais adotadas pela imprensa, que geralmente alcançavam os resultados desejados. Entende que seu valor estaria na força que assumem publicamente, "[...] campanhas gigantescas, preparadas meticulosamente, arrasam reputações, impõem notoriedades, derrubam governos [...]" (1999, p. 389).

Ressalta, no entanto, que uma campanha não acaba simplesmente. O Jornal do Brasil utiliza diferentes estratégias para seu esvaziamento, tais como a alteração das páginas e dias de publicação, retirada das chamadas de capa, diminuição do espaço interno destinado ao assunto, sua reorientação, ou mesmo o início de outra orientação.

Foi exatamente isso que aconteceu com a campanha de adoção. Desde o final de fevereiro começaram a alterar a página de publicação. Antes ela saia sempre na página sete. Depois, além de não ser noticiada diariamente, começou a sair na página nove, passando para a página dez e, por fim na página 12. Após 100 dias a campanha saiu de circulação, entrando outra em seu lugar, com chamada na primeira página e ocupando a página sete. Iniciou-se uma nova campanha que convocava as crianças para arrecadarem dinheiro para a compra de uma "esposa" para a girafa Inocêncio Santoro, recém chegada ao Zoológico do Rio (JORNAL DO BRASIL, 1960).

Considerações Finais

Salvo a boa intenção do Jornal do Brasil com a iniciativa, a Campanha camuflou e não discutiu a omissão do Estado na oferta de um atendimento qualitativo para crianças e adolescentes pobres. A situação de pobreza e desemprego vivida pela população de baixa renda, a culpabilização das famílias pelo abandono de seus filhos, além de ter permitido a separação de irmãos e da desvinculação de famílias inteiras.

Somente ao final da Campanha foram divulgados os seguintes dados: o corte de 20% da verba do SAM por JK; o atendimento de apenas 400 pedidos de internação dentre os 1400 solicitados e que das 17 mil crianças internadas em instituições educacionais no Brasil, apenas 500 eram delinqüentes e 500, em idades de quatro a 12 anos, "[...] na sua grande maioria pretos e mulatos [...]", não tinham pais e nem nomes (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 12).

Ao contrário do que pensava o Juiz Rocha Lagoa, da internação ser um ato de irresponsabilidade dos pais, esses dados podem significar que a internação era vista como o único recurso da população de baixa renda de sobrevivência de seus filhos, de oportunidade de estudo e, portanto, alteração da trajetória de miséria vivida pela família.

A mobilização para adoção poderia ter oportunizado o início de uma discussão sobre política de emprego e programas sociais ausentes no governo Juscelino. Lamentavelmente essa não ocorreu, adiando, mais uma vez, a cobrança do cumprimento do papel do Estado.

No entanto, não se pode negar a importância da fotografia como documento/ monumento da memória coletiva de um grupo, de uma instituição ou de uma sociedade e como recurso que possibilita a reconstrução da história. As fotografias neste estudo em questão permitiram recuperar a memória de um grupo de meninos e meninas, que tiveram oportunidade de mudança de suas histórias de vida ou não e do papel da imprensa nesta ação. Do mesmo modo pudemos desvendar a imagem de criança desejada pela sociedade, que apoiada pela imprensa pode expor seus projetos.

Há que se considerar também que a imprensa tem como função não só ser um meio de expressão, mas a formação da opinião pública, e por isso, as imagens idealizadas por ela serão sempre expressadas em suas páginas.

Se considerarmos os dados levantados e analisados, sobre os jornais da década de 50 do Distrito Federal, por Fernando Lattman-Weltman, pode-se afirmar que as notícias divulgadas no *Jornal do Brasil* sobre as crianças pobres e a Campanha de adoção empreendida foram lidas pela elite e pela classe média, que naquele contexto, embora conturbado, tinham poder para influenciar e alterar as ações e políticas governamentais, mas poucos fizeram ou tiveram ações meramente individuais.

> Com uma tiragem média diária da ordem de 4 milhões de exemplares no ano de 1958, os matutinos e vespertinos brasileiros atingiam cerca de 6% da população. Dadas as limitações impostas pela taxa contemporânea de analfabetismo (em 1960, segundo IBGE, cerca de 30 % da população brasileira de mais de 15 anos era analfabeta) e a relativamente parca penetração do hábito de leitura, o consumo de jornais restringia-se aos estratos superiores da sociedade brasileira. [...] Assim, o ainda forte faccionismo político de nossa imprensa exercia seus apelos e influências sobre um público predominantemente de elite ou no máximo, de classe média alta –, cujo consumo, inclusive, fundava-se freqüentemente em simpatias de caráter partidário. (LATTMAN-WELTMAN, 2003, p. 133).

Por isso, como nos ensinou Nelson Werneck Sodré (1999), estudar o modo de difusão de idéias e informações veiculadas pela imprensa, pode nos permitir analisar a formação da própria sociedade brasileira.

Referências

ECO, Umberto. **Cinco escritos morais**. Rio de Janeiro: Record, 2002

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil. Rio de Janeiro: EdUSU, 1995. p. 47-98.

JORNAL DO BRASIL. Dezembro de 1959 a março de 1960.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Mídia e transição democrática. In: ABREU, Alzira et al. **Mídia e política no Brasil**: jornalismo e ficção. Rio de Janeiro: EdFGV, 2003.

MULLER, Tânia Mara Pedroso. **A fotografia como instrumento e objeto de pesquisa**: imagens da imprensa e do Estado do cotidiano de crianças e adolescentes do Serviço de Asistencia ao Menor (SAM) 1959-1961. Tese se Doutorado. UERJ. PROPEd, 2006.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: EdUSU, 1997.

RIZZINI, Irma. **Assistência à infância no Brasil**: uma análise de sua construção. Rio de Janeiro: EdUSU, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.